



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DO DEBATE DA CONTA GERAL DO ESTADO
2011**

Parlamento Nacional, Díli
11 de Dezembro de 2012



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência
 Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
 Vices-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
 Senhores Deputados

Caros colegas
 Membros do Governo

Senhoras e Senhores,

É, pelo terceiro ano consecutivo, que venho, nesta Magna Casa, cumprir o requisito constitucional de depor sobre a Conta Geral do Estado, depois da sua apreciação pelo Tribunal de Recurso e pela Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional.

Independentemente de representar agora um novo Governo, venho com a mesma convicção de que estamos todos – Tribunal, Parlamento Nacional e Governo – orientados e apostados na melhoria, gradual e permanente, dos nossos sistemas e instituições financeiras.

Por esta mesma razão quero, em primeiro lugar, agradecer as recomendações que constam, quer no Relatório do Tribunal de Recurso quer no da Comissão C, e, por outro lado, assegurar que iremos dar continuidade à política de correcção constante dos processos orçamentais e de prestação de contas.

Eu acredito sinceramente que todos concordamos que a consolidação da máquina administrativo-financeira de todo o Estado, o nosso Estado, exige de todos nós firmeza e persistência, porque é um processo que leva o seu devido tempo. Já temos 10 anos de independência e, nestes próximos 5 anos, há necessidade de uma política clara de melhor actuação, em termos de valorização e em termos de responsabilização, para que se alcance o objectivo que todos pretendemos e que é a boa gestão do erário público.

Senhor Presidente
Senhores Vices-Presidentes
Distintos Deputados,

As recomendações elaboradas pela Comissão C trazem para este debate uma tónica muito construtiva sobre matérias administrativas, fiscais e de contas, às quais este Governo não está indiferente. Porque fiz parte do Governo anterior, permitam-me que faça uma abordagem do que realmente aconteceu em 2011, para nos colocarmos no tempo apropriado para as nossas análises porque, não sendo assim, seremos levados a antecipar-nos a um processo materializado no passado, embora recente.

Quando assim afirmo, não estou a dizer que o Governo não reconhece a existência das fragilidades apontadas, tanto pelo Tribunal de Recurso como pela Comissão C, e quero declarar também que se tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar o seu desempenho.

Excelências
Senhoras e Senhores,

É sabido por todos que o IV Governo Constitucional tinha uma agenda política fundamental e que era de proceder a reformas tanto nos procedimentos como nas instituições e, durante 5 anos, aparecemos como o Governo de 'experimentações', para uns, e de 'improvisações', para outros.

O que eu quero dizer aqui é que, na senda dessas reformas, o ano 2011 foi um ano importantíssimo, em termos de construção de estruturas do Estado, que visavam o objectivo de desenvolvimento lado-a-lado com a introdução de políticas de boa governação.

Só celebramos 10 anos, em 20 de Maio de 2012, e portanto nunca o Governo perdeu de vista o processo de construção do Estado. Na sequência da percepção de contínuas irregularidades e falhanços, na máquina administrativa do Estado, o Governo viu a necessidade de introduzir mecanismos de melhor controlo, para se alcançar não só um melhor grau de gestão dos dinheiros públicos, como também uma melhor implementação dos programas.

Por via disso, em Março de 2011, foram aprovadas as legislações que regulamentariam, a partir dali, a Agência de Desenvolvimento Nacional, a Comissão Nacional de Aprovisionamento, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano e o Fundo das Infra-estruturas.

Estas estruturas e estes mecanismos de financiamento foram concebidos na perspectiva de dotar a Administração Pública de melhor capacidade para gerir projectos, considerados fundamentais ao desenvolvimento nacional, garantindo uma maior racionalização dos recursos financeiros disponíveis e, sobretudo, assegurando certeza na continuidade dos próprios projectos, inseridos nos Fundos. O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano e o Fundo de Infra-estruturas foram produto de um acto político absolutamente inovador, enquanto instrumentos financeiros mais adequados à realidade e às necessidades do país.

É óbvio que a criação dos Fundos envolveu, posteriormente, a criação de procedimentos, de regras e legislação complementar, exigiu a contratação do pessoal, a adaptação do sistema informático de gestão a estes novos mecanismos de financiamento, incluindo a criação de códigos no sistema informático e fluxos administrativos, para além da abertura de contas bancárias.

Esta tarefa complexa levou algum tempo a estabilizar, o que originou consequentemente o pagamento, através do Fundo Consolidado de Timor-Leste, dos grandes projectos que já estavam a ser implementados, no âmbito do Fundo das Infra-estruturas (melhor dito, que passaram para o âmbito do Fundo das Infra-estruturas) como o projecto de irrigação de Bebui e o projecto da Electricidade (a Central de Hera, as Sub-Estações e as torres de linhas de transmissão). O processo de reposição destes pagamentos, no valor de 16 milhões, não foi um processo fácil, que ainda não tinha sido terminado em Julho, altura em que o Auditor terminou o seu relatório.

Abordei esta questão, porque no Relatório do Tribunal de Recurso, houve a preocupação de repetir várias vezes para melhor chamar a nossa atenção, o que transpareceu também no Relatório da Comissão C. Concordando desde já com esta série de recomendações, só posso dizer que é compromisso do Governo de implementá-las normalmente, à medida que vamos conseguindo uma melhor capacidade instalada para tal.

Porque a Comissão C insistiu no papel da Câmara de Contas, devo recordar aqui que a Câmara de Contas foi estabelecida apenas em Agosto de 2011. Esta nova Lei veio alterar os prazos previstos, reduzindo-os, para a apresentação da prestação de contas, prazos que constavam na Lei nº 13/2009, do Orçamento e Gestão Financeira. Para se poder cumprir estes novos prazos, para a remessa atempada dos documentos de prestação de contas, não o tendo feito este ano – 2012, o Governo estará obrigado, a partir de 2013, para poder fechar as contas até ao final do ano, a receber todos os pedidos de pagamento do ano financeiro até 30 de Novembro.

Esta situação jurídica anómala deve merecer a atenção de todos os órgãos de soberania para discutirem, com os pés assentes no chão de Timor-Leste, tudo quanto diga respeito às competências de legislar, de um, e à obrigação de implementar, de outro, tendo sempre em conta o processo de construção, consolidação e evolução do Estado timorense, incluindo a sua máquina administrativa.

Afirmo assim, porque a alteração dos prazos constitui mais um desafio, em termos de capacidade humana e em termos de melhorarmos e consolidarmos a gestão, em todas as instituições do Estado. E não será apenas o Governo, mas todos os Órgãos de soberania estarão na obrigação de enviar os documentos de despesa atempadamente ao Tesouro, caso contrário não será possível obedecer aos prazos previstos na Orgânica da Câmara de Contas.

A redução do prazo de 6 meses, que para nós e nas condições actuais é insuficiente, para apenas 5 meses, é outro desafio sem ter em conta a realidade do país. Nos países desenvolvidos com capacidade instalada há dezenas ou centenas de anos, este exercício pode ser possível em cerca de 6 meses mas, mesmo assim, não conseguem que sejam detectadas as graves irregularidades, que até levaram os mesmos à bancarrota. Em Timor-Leste, mesmo empregando uma Auditoria internacional, torna-se difícil cumprir os prazos legais, por isso eu espero que debates profundos sobre a matéria possam encontrar um caminho que não nos force a fazer

atropelos desnecessários, só para cumprir padrões, que na prática ainda é difícil e talvez mesmo *irrazoável* adoptarmos.

Senhor Presidente
Senhores Vices-Presidentes
Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

Aproveito para lembrar a todo o povo timorense que, na apresentação do Programa do V Governo Constitucional, realcei o facto de que este Governo vai essencialmente prosseguir as reformas iniciadas pelo anterior, vai corrigir, melhorar e consolidar a máquina administrativa e financeira do Estado, ao mesmo tempo que pretende dar início ao I Plano Quinquenal do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

A própria estrutura orgânica deste Governo foi consubstanciada nesta filosofia, orientada para o objectivo de imprimir eficiência e eficácia na prestação de serviços ao povo e na prestação de responsabilidades perante o Estado. É, na prestação de responsabilidades perante o Estado, que entramos na prestação de contas sobre o orçamento que recai sobre cada instituição, seja do Governo seja fora do Governo.

Isto implica corrigir permanentemente os mecanismos de actuação e os sistemas de trabalho e, como é lógico, alcançar-se o aperfeiçoamento das metodologias e da operacionalidade da administração e gestão.

Isto implica consolidar gradualmente os avanços alcançados, no âmbito da gestão das finanças e na capacitação da administração pública. Isto também implica permitir o tempo necessário aos recursos humanos nacionais – e refiro-me aos nossos funcionários públicos – para absorver os sistemas e procedimentos, resultantes das reformas implementadas.

Em Janeiro deste ano, 2012, foram promovidos encontros separados e de um dia cada, com diversos ministérios, onde eu próprio, com a equipa das Finanças, abordei o problema de boa governação, nos dois pilares de administração e gestão, nas seguintes vertentes: planeamento, orçamentação, procedimentos, implementação, pagamentos e a forma de evitar o recurso excessivo ou abusivo às transferências internas ou 'virements', às emergências, à contingência e às dívidas. Acentuou-se a necessidade de todos se engajarem na utilização do sistema informático, o que não tem ainda dado resultados positivos, por falta de empenho profissional dos técnicos.

Temos vindo a aprender com as lições e com os erros, no sentido de continuar a impulsionar a melhoria. Lembro-me que, sobre a Conta Geral do Estado de 2010, informei ao Parlamento Nacional sobre a iniciativa do Governo em proceder auditorias externas a todas as instituições do Estado, no tocante aos processos de aprovisionamento. O objectivo orientador dessa iniciativa foi de se fazer conhecer as deficiências pessoais e/ou as fraquezas institucionais, de forma a ter-se uma base de

análise para as correcções. A introdução do sistema *e-procurement* é, desta forma, o instrumento mais apropriado, mas só e quando o seu uso for optimizado.

Foi por esta razão que, no V Governo Constitucional, foi criada a Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional, que irá implementar uma auditoria de desempenho e fiscalização sucessivas, a todas as linhas ministeriais, promovendo assim a capacitação operacional dos funcionários.

Juntamente com o Ministério das Finanças, que vai continuar a dar assistência na formação nas áreas de aprovisionamento, gestão de contratos, procedimentos legais e administrativos, a Secretaria do Estado para o Fortalecimento Institucional tem por missão, continuar a monitorar a boa prática, para se alcançar maior eficiência e eficácia, dentro do ministério ou na sua relação com outros e sobretudo com o das Finanças.

Com relação ao sistema informático de gestão financeira, reconheço que ainda há lacunas mas tudo faremos para que as instituições comecem a utilizar de forma apropriada e, para isso, a avaliação de desempenho, de cada instituição, vai ser crucial.

Por outro lado, conscientes da baixa execução orçamental de alguns projectos de capital de desenvolvimento, estamos empenhados a reforçar os critérios que se exigem, não aceitando projectos que não tenham apresentado previamente os desenhos técnicos, já aprovados, e a disponibilização do terreno.

Temos alertado e vamos insistir, nestes 5 anos, para uma maior estabilização orçamental, quanto aos Bens e Serviços, condição essencial para uma melhor gestão financeira do país. Porque, na preparação dos OGEs, nos guiamos pelo desempenho na execução do orçamento anterior, quando procedemos a cortes, porque sabemos que muito dinheiro vai regressar aos Cofres do Estado, só ouvimos protestos acusando-nos de retirar a capacidade da instituição de cumprir os seus programas. Permitindo que se coloque o dinheiro pedido, sabemos que a utilização apressada, no fim do ano, de verbas remanescentes não será, em termos de prática de gestão financeira, a melhor, porque já não obedece a programas estabelecidos, sendo apenas uma corrida para se alcançar uma percentagem alta de execução.

Com o Presidente da Comissão da Função Pública, já estamos a fazer um plano para, em 2013, respondermos devidamente ao problema de carência de pessoal qualificado, a exigência de um melhor sistema de avaliação do desempenho e a necessidade de reduzir a tendência de má colocação de quadros técnicos em funções que não dominam, de parar com a mobilidade de funcionários para outras instituições, depois de preparadas nos locais onde trabalham e de reconhecer a experiência prática de anos, como um factor a não ser menosprezado.

Temos vindo a insistir, no Governo anterior e junto do actual Governo, para corrigir a tendência de fazer-se tudo o que se deseja, aparentando urgências,

provocando assim entrar-se em dívidas. Já alertei, por várias vezes, e vou continuar a fazê-lo, junto dos membros do actual Governo que o maior risco, que o nosso país enfrenta, é o facto de termos dinheiro, que está já a criar uma mentalidade de despende, o que faz incorrer na tendência fácil ao esbanjamento.

Tenho vindo a alertar, desde o início, aos membros do actual Governo que não tolerarei dívidas no próximo ano de 2013. As recomendações, tanto do Tribunal de Recurso como da Comissão C, de se apresentar, nas Contas Gerais do Estado, as declarações de dívidas, são pertinentes e o Governo compromete-se a fazê-lo, desde que haja, e aqui, perante o Parlamento, declaro que, em havendo em 2013, o membro do Governo, conjuntamente com o seu Director-Geral e o Director das Finanças, devem resignar-se, por demonstrarem incapacidade de gestão.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Nas suas abordagens macroeconómicas, tanto o Tribunal de Recurso como a Comissão C fazem referência ao Fundo do Petróleo e gerações vindouras.

Como opinião pessoal, eu gostaria de partilhar com os distintos Deputados o seguinte: De toda a assistência internacional, no nosso país, desde 1999, o maior ganho que Timor-Leste teve, foi o apoio ao estabelecimento do Fundo do Petróleo, e devemos-lo não só ao I Governo Constitucional mas sobretudo ao apoio do Governo Norueguês.

Porque estamos a aprender da evolução de países, nas nossas condições de menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, reparámos que havia a necessidade premente de se quebrar a rotina de 'Planos de Acção Anuais' e avançar para um projecto programático de longo prazo, onde temos definido um caminho a seguir.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento, aprovado em Julho de 2011, vem fornecer um quadro sistemático para a implementação de políticas de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo.

Foi concebido não só tendo em conta as necessidades do Povo timorense mas também a capacidade dos diversos sectores em absorverem os fundos, que são alocados, e o enquadramento macroeconómico do país.

Quero aqui informar que, no mês passado, tendo participado pela 5ª vez consecutiva no Bali Democracy Forum, realizou-se, por iniciativa do Presidente Susilo, uma Reunião Trilateral de Alto Nível, com a Primeira-Ministra Julia Gillard, da Austrália. Neste encontro, o Presidente Susilo insistiu na necessidade de se ir à Indonésia para explicar e debater o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento, a fim de que a Indonésia possa ver as oportunidades para participar no desenvolvimento do nosso País.

Há uma semana atrás, esteve aqui o Secretário-Geral da ASEAN, Dr. Surin, que também expressou a necessidade de, no próximo ano, tendo em conta o nosso pedido de adesão à ASEAN, ir-se aos países membros do Bloco para dar a conhecer o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento, de forma a que todos saibam que temos uma visão clara sobre o nosso futuro e oportunidades de cooperação e investimento.

Excelências,

Como sabem, para sairmos de uma economia dependente do petróleo para uma economia não-petrolífera, o Estado necessita de investir em várias áreas. O Plano Estratégico de Desenvolvimento vem permitir fazer-lo de uma forma sustentável, permitindo uma economia produtiva, virada para o mercado.

Reparei também que, nas recomendações, se sugeriu para que abrandássemos os projectos de infra-estruturas. Não haverá investimento no nosso país, se não apresentarmos as melhores condições, em infra-estruturas básicas, que possam atrair esse investimento. Sem uma economia produtiva e sem investimento estrangeiro, continuaremos dependentes das receitas do petróleo.

Só uma economia produtiva e um investimento estrangeiro forte é que poderão criar as bases sólidas de emprego no nosso País. Não há outra opção mais sensata, quando falamos de desenvolvimento sustentável. O sector público, por enquanto, tem que cumprir a missão de impulsionar a nossa economia, mas não pode ser o Estado a fonte de emprego.

Não se deve esquecer que, por Lei, o Governo está impedido de fazer levantamentos para além do autorizado pelo Parlamento Nacional, para cada ano financeiro e que todas as verbas não gastas caducam no final do respectivo ano financeiro, para além apenas de pagamentos, no regime de caixa modificada, contra as operações feitas e apresentadas até 31 de Dezembro de cada ano.

As receitas do Fundo do Petróleo não ficam assim comprometidas porque o Governo, de forma responsável, cumpre estritamente os levantamentos possíveis determinados pela Lei para o financiamento das despesas.

Tenho ainda que recordar que, a longo prazo, com a autorização do Parlamento Nacional, está-se no processo de diversificar o investimento do Fundo do Petróleo, com esse preciso propósito, de garantir benefícios para as gerações vindouras.

Por último, quero referir-me à recomendação de aumentar o orçamento do sector de Saúde. Na apresentação do Programa do V Governo, afirmei que planear é um exercício complexo de integração e interacção de muitas prioridades, a curto, médio e longo prazo. Ambos os relatórios, do Tribunal do Recurso e da Comissão C, põem ao relevo a falta de capacidade, o pouco empenho e a fraca dedicação dos profissionais públicos.

Ainda ontem, a Deputada representante da Bancada Fretilin colocou uma extensa listagem das necessidades básicas do Povo Maubere. Responder a todas, ao mesmo tempo, vai chocar com a nossa capacidade de executar, responder primeiro a uma, e depois a outra, vai levar-nos a não resolver, da melhor forma, a primeira, o que não ajudará a resolver as restantes.

Uma resposta integrada pede soluções a prazo, de forma sustentável.

Senhor Presidente
Senhores Vices-Presidentes
Distintos Deputados,

O Governo registou todas as preocupações e espero que, durante o debate, possamos esclarecer e/ou clarificar todos os assuntos não abordados na minha intervenção.

Espero contudo que os Distintos Deputados não se esqueçam que muitos membros do V Governo Constitucional são novos e não estarão capazes de responder devidamente às Contas Gerais do Estado de 2011.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
11 de Dezembro de 2012